



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

20 de fevereiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 20/02/2015

Assunto: Pronatec

Página: 29

DIÁRIO CATARINENSE

APÓS ATRASOS, MINISTÉRIO LIBERA RECURSOS

Uma das meninas dos olhos da presidente Dilma Rousseff, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) sofreu atraso na liberação de recursos nos últimos meses. Ontem, o Ministério da Educação (MEC) informou, por nota, que foram liberados R\$ 119 milhões para regularizar o pagamento de mensalidades de 2014 para instituições privadas.

O Pronatec oferece cursos técnicos gratuitos. Segundo reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* de ontem, o governo deixou de pagar

as aulas dadas desde outubro por 500 escolas privadas. Por causa do atraso, donos de instituições disseram que estão tendo de pegar empréstimo bancário e adiar pagamento de professores.

A União deve repassar recursos referentes ao número de alunos do Pronatec que cada escola tem. A verba costumava chegar nas primeiras semanas de cada mês. Para a maioria das escolas, o último repasse havia ocorrido em novembro, pelas aulas de setembro.

Depois da reportagem, o MEC anunciou a liberação da verba. Em nota, a pasta afirma que a quitação

dos repasses de 2015 está dentro do previsto. "O MEC informa que foram liberados R\$ 119 milhões para regularizar o fluxo de pagamento referente às mensalidades de 2014 para instituições privadas. A liberação dos repasses neste ano está dentro do previsto, lembrando que o pagamento de cada parcela pode ser feito em até 45 dias após o vencimento do mês", diz o texto.

A pasta informa que as instituições privadas representam cerca de 7% das matrículas. Nessa modalidade, foram feitas 440 mil matrículas em 2014, quando foram repassados cerca de R\$ 640 milhões.

COMO FUNCIONA O PROGRAMA

O QUE É

- Criado pelo governo federal em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) oferece cursos técnicos gratuitos em escolas privadas, públicas e integrantes do Sistema S. O foco é a formação profissional e tecnológica.

PÚBLICO-ALVO

- Jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Tem prioridade estudantes do ensino médio da rede pública.

MATRÍCULAS

- De 2011 a 2014, foram realizadas 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação. E o governo investiu R\$ 15 bilhões.

CURSOS

- Oferta 646 cursos de qualificação e 220 técnicos em todo o país.

FORMAÇÃO TÉCNICA

- Os cursos de formação técnica capacitam para o uso de novas técnicas no trabalho com duração média de um ano e meio.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 20/02/2015

Assunto: Ideb

Página: 23

DIÁRIO CATARINENSE

500 MIL REDAÇÕES COM NOTA ZERO

MAURÍCIO DA SILVA

Mestre em Educação
Tubarão



Quando sem maquiagem, as avaliações da educação nacional expõem futuro trágico para a maioria dos brasileiros e para o país como um todo. O Índice de Avaliação da Educação Básica (Ideb) perdeu credibilidade porque está inflado artificialmente. Como menor taxa de reprovação resulta em maior nota no Ideb, governos passaram a aprovar compulsoriamente parte dos alunos. Melhoria no índice não significa necessariamente melhoria na aprendizagem.

Na prova ABC 2013, aplicada pelo MEC em alunos do 3º ano do ensino fundamental, 66,7% estavam com aprendizado inadequado em matemática; 69,9%, em escrita; e 55,5%, em leitura. No Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (Pisa), o Brasil ocupa o vexatório 58º lugar entre os 64 países participantes.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014, comparado ao de 2013, mantém duas singularidades verificadas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb):

1) Os alunos, em geral, estão aprendendo menos, mesmo com o aumento dos gastos na educação, de professores habilitados e do acesso destes e dos alunos a mais informações. No Saeb, substituído em 2007 pelo Ideb, as notas de português e de matemática de 4ª a 8ª séries

e no ensino médio caíram sistematicamente, entre 1995 e 2005. No Enem do ano passado, as notas das redações caíram quase 10%. Dos 6,19 milhões de alunos, 529.374 tiraram nota zero. Em 2013, foram 106 mil. Apenas 250, em 2014, conseguiram

A tragédia do ensino e das redações é resultado de um percurso escolar desajustado

2) Os alunos que estão aprendendo menos são em geral os mais pobres. No artigo *Educação: o desafio da qualidade*, publicado neste espaço, ressaltai que a mencionada queda nas notas do Saeb coincide com a chegada dos alunos mais pobres à escola (1995). O mesmo ocorreu com o Enem 2013: 95% das escolas de destaque têm os alunos mais ricos e apenas 7,3% dos colégios entre os 10% mais bem colocados no referido exame eram públicos.

Esses fatos evidenciam que a escola, inclusive a pública, precisa aprender a ensinar para a diversidade. A tragédia do ensino médio e das redações é resultado de um percurso escolar desajustado, que piora com as tantas disciplinas apresentadas ao aluno de formas que não o preparam para o mercado de trabalho, para a prática cidadã e ensino superior. No caso específico das redações, falta, inquestionavelmente, leitura. Inclusive do jornal do dia anterior, que nada custa. Quem não lê, não escreve, não fala e não interpreta bem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 20/02/2015

Assunto: ProUni

Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

MEC DIVULGA NOVA CHAMADA

ESTUDANTES PRÉ-SELECIONADOS terão até terça para comprovar dados apresentados na inscrição

O Ministério da Educação divulgou ontem a lista dos estudantes pré-selecionados na segunda chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni). A lista está na página do ProUni e nas instituições de ensino participantes do programa. Os candidatos têm até a próxima terça-feira (24) para comprovar nas instituições as informações prestadas na inscrição.

É responsabilidade do estudante verificar nas unidades de educação superior os horários e o local onde deve comparecer. A perda do prazo ou a não com-

provação das informações resultarão na reprovação do candidato. Entre os documentos exigidos estão identificação, comprovantes de residência, de rendimento dos estudantes e de integrantes do grupo familiar, além de certificado de conclusão do ensino médio.

Quem não foi pré-selecionado na segunda chamada ainda poderá manifestar interesse em participar da lista de espera nos dias 2 e 3 de março, no site do ProUni.

Na primeira edição de 2015, o ProUni registra 1.523.878 inscritos. São 213.113 bolsas para 30.549 cursos em 1.117 instituições de ensino superior privadas.



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Geral	Data: 20/02/2015
Assunto: Reformas		Página: 03



CORREIO LAGEANO

Grandes reformas ocorrem em cinco escolas estaduais de Lages

Os colégios estaduais de Lages: Industrial, no bairro Vila Nova; Godolphin Nunes de Souza, na Penha; Visconde de Cairu, no Morro Grande; e Flordoardo Cabral, no Centro; passam por reforma. Em São José do Cerrito, a escola Mauro Gonçalves Farias também está em obra.

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), os investimentos do Governo do Estado nestas obras são de aproximadamente R\$ 16 milhões.

No Colégio Industrial, haverá reforma geral e também ampliação, que terá um investimento de R\$ 5,6 milhões. As obras começaram em julho de 2014 e têm previsão de término para julho de 2016.

Na escola Flordoardo

Cabral, uma reforma geral terá investimento de R\$ 2,4 milhões. As obras iniciaram em outubro do ano passado e têm previsão para terminar em março de 2016.

Neste caso, a obra impossibilitou que os 700 estudantes ficassem na instituição, então, eles estão, desde o fim de outubro, nas dependências da Facvest.

Para o secretário do Desenvolvimento Regional, João Alberto Duarte, a educação precisa ser prioridade em qualquer governo. "Aqui na nossa região, estamos investindo pesado na infraestrutura das escolas, com melhorias e ampliações que proporcionem segurança e conforto aos alunos e professores, pois o bom ensino está diretamente ligado ao bom ambiente de estudos", acredita.



Colégio Flordoardo em obras



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 20/02/2015
Assunto: Viagem às regionais		Página: Online



Magistério: secretário da Educação começa roteiro pelo Estado

O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, inicia hoje, em Blumenau, um novo roteiro por 14 Regionais de todo o Estado. Vai mostrar aos gestores educacionais e representantes das escolas e dos professores o conteúdo do novo plano de carreira e da tabela salarial levada em reunião com o Sinte.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 20/02/2015
Assunto: Pronatec	Página: Online	

EM JORNAL CERRADO DO BRASIL - Nº 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Ministério da Educação libera R\$ 119 milhões para o Pronatec

O Ministério da Educação liberou R\$ 119 milhões para "regularizar o fluxo de pagamento" a escolas privadas que ofertam cursos do Pronatec —programa que oferece cursos técnicos gratuitos e uma das principais bandeiras da presidente Dilma Rousseff na educação.

Como mostrou reportagem da Folha publicada nesta quinta-feira (19), o repasse para cerca de 500 escolas estava atrasado —o último havia sido feito em novembro, por aulas dadas em setembro.

"A liberação dos repasses este ano está dentro do previsto, lembrando que o pagamento de cada parcela pode ser feito em até 45 dias após o vencimento do mês de referência", afirma nota da assessoria de imprensa do MEC.

A pasta informou ainda que as instituições privadas respondem "cerca de 7% das matrículas totais do Pronatec" - os cursos são ofertados ainda por instituições públicas e do Sistema S. "Por meio dessa ação, foram realizadas cerca de 440 mil matrículas em 2014, além das cerca de 150 mil iniciadas em 2013."

O MEC informa ainda que no ano passado foram repassados cerca de R\$ 640 milhões a instituições privadas. "Atualmente, não há previsão de alteração na forma de repasse, considerando que a introdução da confirmação de frequência pelo estudante foi uma inovação que tornou o processo mais transparente e seguro", conclui o texto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 20/02/2015
Assunto: Edital	Página: Online	



Fundação Joaquim Nabuco abre edital de Educação Integral

O objetivo do edital é a discussão do tema Educação Integral em Tempo Integral, sob a perspectiva de sua história, políticas e/ou práticas.

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) abriu o edital de chamada pública nº 01/2015, que tem como objeto a seleção de trabalhos que discutam o tema Educação Integral em Tempo Integral, sob a perspectiva de sua história, políticas e/ou práticas.

Os trabalhos inscritos, cujos selecionados serão posteriormente publicados pela Editora Massangana da Fundaj, concorrerão nas seguintes categorias Relatório de Pesquisa; Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.

Os interessados em participar do Edital de Publicação de Educação Integral em Tempo Integral devem enviar por email um único trabalho inédito, redigido em língua portuguesa, em formato pdf e sem a identificação do(a) autor(a). Este trabalho deve ser enviado juntamente com a ficha de inscrição, encaminhada também em formato pdf, no período de 02/02/2015 a 30/04/2015. A inscrição, que é gratuita, será confirmada mediante envio de e-mail da Comissão Editorial de Educação Integral em Tempo Integral.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/02/2015
Assunto: Censo		Página: Online



Instituições de ensino recebem orientações sobre o Censo

Neste mês de fevereiro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) tem promovido encontros em Brasília para orientar os representantes das instituições de ensino sobre o preenchimento dos dados do Censo da Educação Superior. Nos dias 24, 26 e 27 próximos, serão realizados mais três eventos, no auditório do Inep, com representantes de instituições das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

A primeira capacitação, no dia 12 último, mostrou detalhadamente o sistema eletrônico de coleta do Censo (Censup) aos pesquisadores institucionais e aos técnicos de informática das universidades federais. O propósito é permitir que o preenchimento on-line dos questionários e do processo de migração das informações prestadas pelas instituições seja feito de maneira eficaz. No total, 120 representantes participaram. "A capacitação é importante para garantir a qualidade dos dados", afirma a coordenadora do Censo, Laura Bernardes da Silva.

Em 6 de março, haverá treinamento em Florianópolis para as instituições de ensino da Região Sul. Nos dias 10 e 11 do mesmo mês, será a vez das instituições da região Sudeste.

O Censup é o sistema informatizado para coleta de informações sobre instituições de educação superior, cursos, docentes e alunos. Os dados subsidiam o cálculo de indicadores de qualidade, como o índice geral de cursos (IGC) e o conceito preliminar de curso (CPC), o planejamento e a avaliação de políticas públicas. O responsável pelo preenchimento do Censo em cada instituição de educação superior é o pesquisador institucional, indicado pelo diretor.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/02/2015
Assunto: FNDE		Página: Online



FNDE libera R\$ 350 mi do Programa Dinheiro Direto na Escola

A segunda parcela de 2014 do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi liberada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). São R\$ 350 milhões referentes ao programa que custeia a manutenção e os gastos regulares do ensino básico. Ao todo, 112 mil escolas, com mais de 29 milhões de alunos, são beneficiados diretamente pelos recursos liberados. Os fundos estão em processo de liberação desde o dia 5 de fevereiro, mas devem estar na conta das escolas nos próximos dias.

Criado em 1995, o PDDE tem a finalidade de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas da rede pública de educação básica e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O objetivo é promover melhorias na infraestrutura física e pedagógica das unidades de ensino e incentivar a autogestão escolar.

O presidente do FNDE, Idilvan Alencar, enfatizou que "o dinheiro do PDDE é importante para apoiar a autonomia da escola, já que são depositados diretamente na conta da própria escola". Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Destinam-se a pequenos reparos nas unidades de ensino e à manutenção da infraestrutura da escola. Também podem ser utilizados na compra de material de consumo e de bens permanentes, como geladeira e fogão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/02/2015
Assunto: Reajuste	Página: Online	



PARA SECRETÁRIOS ESTADUAIS, REAJUSTE DO PISO DOS PROFESSORES AMEAÇA REALIZAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS

Em reunião com o MEC, gestores propõe mudança na fórmula de cálculo e maior repasse do governo federal aos estados e municípios

Fonte: Revista Educação

O MEC elevou em 13,01% o piso salarial dos professores da Educação Básica. De R\$ 1.697,39, o salário inicial para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais foi para R\$ 1.917,78. O aumento está em conformidade com a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial e definiu seu reajuste todo mês de janeiro com base no valor anual mínimo a ser gasto por aluno.

Desde que a lei foi sancionada, em 2009, o piso foi reajustado a uma média de 12,5% por ano (veja gráfico). Apesar disso, o rendimento dos educadores ainda corresponde a quase a metade dos vencimentos dos demais profissionais com escolaridade equivalente, segundo estimativa do Todos pela Educação. O alcance da meta 17 do PNE, que prevê a equiparação dos salários até o sexto ano de vigência do plano, está distante, portanto.

Para os secretários estaduais de Educação, no entanto, o aumento foi excessivo e ameaça a concretização de projetos como a da universalização da pré-escola. Segundo Eduardo Deschamps, secretário estadual de Educação de Santa Catarina e presidente do Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), nos últimos quatro anos, o piso salarial subiu 78% enquanto os recursos do Fundeb, 39%. Para acomodar o reajuste, muitas secretarias terão de realizar ajustes administrativos e até de carreira, incorporando ao salário do professor eventuais gratificações.

Por isso, em reunião que tiveram com o novo titular do MEC Cid Gomes, os representantes apresentaram duas proposições: a mudança da fórmula de cálculo do piso salarial, que passaria a ser feito com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescido de 50% da variação real do Fundeb; e a regulamentação do dispositivo que determina o repasse de recursos a estados e municípios que não têm condições de pagar o piso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para 2015, este valor está estimado em R\$ 1,2 bilhão e representa 10% do total de repasses que a União fará ao Fundeb para complementar a receita de estados e municípios deficitários. Porém, dificilmente a soma será convertida em salários. Segundo Luiz Araújo, professor da Universidade de Brasília, nenhum ente federado recebeu até hoje ajuda da União para pagar o piso. Houve uma portaria regulamentando a concessão dos 10% em 2009, mas que nunca produziu efeito e hoje encontra-se sem validade. O secretário Deschamps afirmou que o MEC está analisando as propostas feitas.

Enquanto isso, a alegada falta de recursos continua sendo um dos argumentos utilizados por estados que descumprem a lei do piso, como é o caso do Acre, Tocantins e Minas Gerais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/02/2015
Assunto: Cotas		Página: Online



OPINIÃO: VOCÊ É A FAVOR DAS COTAS DA FORMA COMO ESTÁ HOJE?

Dois especialistas opinam sobre os sistema de cotas brasileiro

Fonte: Correio Braziliense

SIM

Célio da Cunha

“A instituição das cotas é uma medida de razoável consenso. Além de incluir, ela contribui para a melhoria da Educação pública. Na medida em que se reserva um grande número de vagas para Alunos da Escola pública, muitos pais e famílias começam a matricular os filhos não somente na rede privada. Começam a acreditar na rede pública, a cobrança sobe e a qualidade também. Tem ainda uma fundamentação social, de inclusão de pessoas historicamente excluídas. Caso os Alunos cheguem com alguma deficiência de conteúdo às universidades, eles têm condições de corrigir isso. Podem colocar à disposição cursos paralelos e mecanismos que assegurem uma Educação superior de maior qualidade. A fixação de um percentual específico para o ingresso é arriscado, o ideal seria que não tivesse número de vagas estipulado. Poderia ser mais ou menos de 50%, dependendo dos critérios estabelecidos. É uma boa discussão a ser incluída na agenda. É relevante para o Brasil, em uma sociedade democrática. Se as pessoas não contempladas se sentem injustiçadas, também é preciso avaliar. É uma política válida, mas é uma experiência a ser acompanhada, monitorada. Com relação à cota para negros (de 5% na UnB) é uma forma de compensar políticas.”

*Professor do programa de mestrado e doutorado da Universidade Católica de Brasília

Não

Luis Claudio Megiorin

“O governo, infelizmente, começou a resolver a questão de trás para frente, mas também não resolve a frente, que é o Ensino básico. Estão tomando essa decisão agora sem resolver os problemas estruturais das universidades, sem dar uma contrapartida para os pais das Escolas privadas e sem resolver outras questões fundamentais. Em outros países, ocorre o contrário. Tem-se um Ensino básico de qualidade gratuito e a universidade é paga. Com a mudança das cotas na Universidade de Brasília (UnB), vão empurrar as classes média e média alta para as universidades privadas, o que



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

também é uma injustiça. Não conseguimos elevar o nível da Educação básica para que os Alunos compitam em pé de igualdade. Eles (governo) estão tentando corrigir uma injustiça cometendo outras injustiças. Sou contra os 5% de cotas para negros, pois você tem duas cotas (sociais e raciais) incidindo sobre o mesmo fator. Também sou contra a forma como estão fazendo agora: de manter 50% para Alunos da rede pública de Ensino. Não sou contra as cotas, mas contra a forma como elas estão sendo aplicadas. Contra universalizar uma coisa que não teve base lá atrás.”

*Presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do DF (Aspa-DF)